

TCC/UNICAMP

M491d

3491/IE



1290003491



Universidade Estadual de Campinas

CEDOC/IE

A desconcentração produtiva, interiorização e o desempenho exportador de São Paulo

Monografia apresentado ao Instituto
de Economia sob orientação do Professor
Dr. Fernando César de Macedo Mota.

Mota, Fernando César de Macedo

Aluno: Danilo Godoy de Melo
RA 991601

CEDOC/IE

Campinas, dezembro de 2007.

SUMÁRIO

Introdução.....	4
-----------------	---

Capítulo 1. Fatores da desconcentração industrial na região metropolitana de São Paulo.

1.1 Breve histórico da concentração industrial que se deu em São Paulo.....	5
1.2 Fatores da desconcentração produtiva na Região Metropolitana de São Paulo.....	8
1.3 Desconcentração econômica e interiorização do desenvolvimento de São Paulo.....	13

Capítulo 2. O desempenho paulista.

2.1 Transformações produtivas e desempenho exportador do estado de São Paulo pós 1980.....	19
2.2 Distribuição geográfica da produção, do produto e do emprego nas regiões administrativas de São Paulo.....	23
2.3 Desempenho exportador das regiões administrativas de São Paulo a partir de 2001.....	34

Conclusão.....	44
-----------------------	-----------

Referências.....	46
-------------------------	-----------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Produção exportável de café no estado de São Paulo1901-1930.....	5
Quadro 2. Participação regional no VTI da indústria de transformação paulista.....	8
Quadro 3. Participação do Estado de São Paulo no PIB do Brasil.....	10
Quadro 4. Estado de São Paulo: estrutura produtiva da indústria de transformação, segundo o VTI.....	11
Quadro 5. Modificações espaciais da indústria de transformação do estado de São Paulo:1959/1985..	13
Quadro 6. Participação da indústria do interior no VTI Estadual de alguns ramos poluentes: 1970/1985.....	14
Quadro 7. Exportações dos principais complexos agroindustriais de São Paulo: 1975/1985.....	15
Quadro 8. Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1967/1985.....	20
Quadro 9. Evolução do comércio exterior.....	21
Quadro 10. Indústria de transformação do Estado de São Paulo.....	23
Quadro 11. Contas regionais: Produto Interno Bruto.....	27
Quadro 12. Valor adicionado por setor de atividade econômica e PIB corrente, segundo municípios selecionados.....	31
Quadro 13. Unidades Locais da Indústria, Pessoal Ocupado, Receita Líquida e Valor Adicionado Regiões do Estado de São Paulo – 2001.....	32
Quadro 14. Participação das regiões administrativas no total das exportações do Estado de.São Paulo.....	34
Quadro 15. Participação das regiões administrativas do Estado de São Paulo no PIB estadual.....	35
Quadro 16. Região administrativa de Araçatuba.....	36
Quadro 17. Região administrativa de Bauru.....	37
Quadro 18. Região administrativa Central.....	37
Quadro 19. Região administrativa de Campinas.....	38
Quadro 20. Região administrativa de Barretos.....	38
Quadro 21. Região administrativa de Franca.....	39

Quadro 22. Região administrativa de Sorocaba.....	39
Quadro 23. Região administrativa de Presidente prudente.....	40
Quadro 24. Região administrativa de Ribeirão Preto.....	40
Quadro 25. Região administrativa de Marília.....	41
Quadro 26. Região administrativa de São José do Rio Preto.....	41
Quadro 27. Região administrativa de São José dos Campos.....	42
Quadro 28. Região administrativa de Registro.....	42
Quadro 29. Região metropolitana da Baixada Santista.....	43
Quadro 30. Região metropolitana de São Paulo.....	43
Figura 1. Taxa de desemprego - Regiões administrativas de São Paulo – 2000.....	25
Figura 2. Distribuição do PIB Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2004.....	30

INTRODUÇÃO

O objetivo da monografia é demonstrar o processo de desconcentração produtiva ocorrido na região metropolitana de São Paulo e como essa mudança afetou a distribuição geográfica da atividade econômica, e das exportações em particular, das regiões administrativas do estado.

Qual os principais fatores da desconcentração produtiva em São Paulo? Quais as principais regiões paulistas que se beneficiaram desse processo? Em que medida essa desconcentração impulsionou o crescimento das exportações, sobretudo nas principais cidades do interior paulista? São esses os principais questionamentos a serem respondidos ao longo do estudo feito tendo como base os principais autores e analistas da questão industrial paulista.

Segundo Cano (2006), “O estado de São Paulo continua sendo o centro dinâmico da economia nacional. Sua indústria de transformação, a maior e mais diversificada, respondia, em 2002, por 45,4% do valor de transformação industrial do país; sua agricultura, também a mais moderna e tecnificada, no mesmo ano eram quase 25% da nacional; seu terciário apresenta a mais diferenciada gama de serviços, com particular destaque para os intensivos em conhecimento”. (Cano, 2006, p. 18).

Todavia, nos dias atuais a indústria paulista perde participação no cenário nacional muito maior do que o setor de serviços e agropecuária. Sua fatia de mercado passa de aproximadamente 60% na década de 1970 para cerca de 40% nos dias de hoje. Considerando apenas a região metropolitana de São Paulo sabe-se que a perda da participação deveu-se ao deslocamento dos investimentos os quais passam a ser feitos muito mais no interior do estado e também nos demais estados do país.

A capital paulista, sobretudo na década de 1970, organizava o território nacional em função de sua concentração industrial. As indústrias que ali se estabeleceram passaram a atrair um contingente populacional gerando um complexo econômico cujo centro dinâmico era a própria indústria. A dinâmica sócio-econômica girava em torno da indústria paulista, das oportunidades criadas por ela. É daí que vem todo o processo de deslocamento ocorrido no país ao longo de décadas configurando uma concentração de pessoas no Estado de São Paulo, fato que marcou a diferença de estágio de desenvolvimento com os demais estados do País.

Capítulo 1: Fatores da desconcentração industrial na região metropolitana de São Paulo.

1.1: Breve histórico da concentração industrial que se deu em São Paulo.

Segundo estudos realizados por Wilson Cano, a idéia inicial básica que se deve destacar para uma análise do processo de concentração industrial que se deu em São Paulo é a da existência de um complexo econômico que se formou tendo como base a cafeicultura. Tal complexo, que não se formou em outras economias regionais, permitiu a constituição das bases necessárias para o desenvolvimento econômico da região, com diversificação de suas atividades econômicas. A alta produtividade da cafeicultura paulista, dada a abundância de terras, o uso mais intensivo de máquinas e equipamentos, as modificações nas relações de trabalho e o advento das ferrovias, garantiram altas taxas de lucro que sustentaram a acumulação de capital, condição fundamental para o desenvolvimento da região em bases capitalistas.

Quadro 1. Produção exportável de café no estado de São Paulo 1901-1930

Produção exportável de café (milhões de sacas por quinquênio)				São Paulo: estoque médio de cafeeiros
Anos	Brasil (A)	São Paulo (B)	(A-B)	em produção (milhões)
1901-05	64,9	41,3	23,6	653
1906-10	73,1	50,7	22,4	695
1911-15	68,0	47,9	20,1	715
1916-20	66,0	45,1	20,9	813
1921-25	72,6	45,0	27,6	903
1926-30	99,4	66,0	33,4	1095

Fonte: Constantino C.Fraga, "Resenha histórica do café no Brasil" Citado por Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo 1998 p. 58.

Observa-se pelo quadro 1 a importância do Estado de São Paulo e do governo central na produção nacional do café. Com políticas de valorização dos preços do café, armazenamento e também políticas de crédito aos produtores, a produtividade aumentou consideravelmente ao longo dos anos, conforme apresentado por Cano (1998). Importante salientar que o Estado foi o agente central para a implementação de tais políticas.

Um ponto fundamental para o sucesso do complexo cafeeiro em São Paulo foi a expansão da oferta de força de trabalho com a mudança da utilização do trabalho escravo para o mercado de trabalho livre, com abundância de oferta de trabalhadores imigrantes estrangeiros que passaram a

receber rendas monetários. Isto possibilitou a constituição de um mercado interno, ampliando as bases para a acumulação do capital cafeeiro e para uma maior urbanização, condição também importante para o crescimento da região.

A região, em função do crescimento do setor cafeeiro, começa a atrair pessoas de outras regiões que enfrentam problemas como a seca e a miséria. Também, passa a ser atrativa de imigrantes estrangeiros como os japoneses, por exemplo. Assim sendo, a crescente oferta de mão-de-obra permitiu aos proprietários uma flexibilidade nos salários para baixo, ou seja, permitiu reduzir os custos de produção e assim manter as taxas de lucro em períodos de crise no setor. (Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo, 1998). Ainda, com o crescimento do mercado de trabalho assalariado outro mercado passou a seguir o mesmo rumo, qual seja, o mercado de bens de consumo assalariado considerando uma ampla camada com poder aquisitivo agora. Outro ponto crucial foi o de que a leva de pessoas que migraram para São Paulo não apenas dirigiu-se para trabalhar na economia cafeeira, mas também passou a ser crescentemente utilizada nas indústrias que estavam surgindo.

Para dar continuidade à expansão do complexo os fazendeiros passaram a investir cada vez mais no aumento da malha ferroviária. São Paulo contava com a melhor e mais eficiente rede de ferrovias do País e estas gradualmente vinham se expandindo. Logo, os cafeicultores puderam reduzir seus custos de transporte assim como ganhar certa lucratividade com o próprio setor ferroviário, sendo que este excedente poderia ser reinvestido no próprio complexo. Já na montagem da malha ferroviária percebe-se o início da industrialização visto que se faziam necessárias oficinas de manutenção, construção e montagem da rede.

Com o desenvolvimento do complexo cafeeiro e o grande contingente de pessoas atraídas por tal complexo surgiu a necessidade de uma diversificação da agricultura paulista como fonte de alimentos para essa população. O sistema desenvolvido foi o do “colonato” onde o colono recebia além de um salário fixo, uma renda variável. Ao lado do plantio do café produtos como arroz, feijão e milho passaram a ser cultivados como fonte de alimentação à população. Com o desenvolvimento do comércio e da indústria decorrente do complexo cafeeiro, a diversificação agrícola passou a ser uma condição fundamental para a continuidade desse complexo, sendo que caso não ocorresse seria um entrave ao desenvolvimento da região.

Com o desenvolvimento gradual e crescente do complexo cafeeiro ocorre paralelamente a esse processo a urbanização de São Paulo. Atividades como indústria, comércio, serviços, sistema bancário, passam a crescer e tornam-se interdependentes. Com o crescimento do processo de urbanização, surge o complexo econômico que interliga as atividades e auxilia no processo de investimento e crescimento dos diversos setores. Importante salientar que essa rede urbana criada só foi possível graças à atividade

cafeeira que permitiu uma acumulação de capital necessária e fundamental ao desenvolvimento. Foi a partir do café que as atividades paralelas foram permitidas. O comércio, a indústria, a expansão demográfica, o mercado de bens de consumo assalariado, a agricultura, o desenvolvimento ferroviário, as atividades de importação e exportação, enfim, tudo se deu graças ao complexo cafeeiro.

O principal componente que se desenvolveu paralelamente e fez parte do complexo cafeeiro foi a indústria manufatureira. Esta participou do complexo de forma fundamental através da fabricação de máquinas e suplementos para o beneficiamento do café e demais setores agrícolas. Importante salientar que a indústria manufatureira torna-se fundamental por reduzir os custos do setor, ampliando as margens de lucro que era reinvestida no próprio complexo. Dessa forma, a acumulação de capital torna-se ainda mais intensa.

Logo, observa-se que o complexo cafeeiro não apenas limitava-se ao cultivo do café. O excedente gerado pela atividade nuclear transformou-se também em capital industrial, comercial, bancário. Os lucros gerados não propiciaram uma concentração de renda nas mãos dos fazendeiros, mas sim eram reinvestidos no complexo. À medida que a atividade crescia e os investimentos eram refeitos as atividades paralelas, sejam elas as indústrias, o comércio, o sistema financeiro, também se desenvolviam de forma crescente e consistente. O sistema bancário, por exemplo, passou a ser uma fonte de recursos para o próprio complexo. Com a sua maturação ao longo dos anos, o capital que se multiplicava nos bancos puderam ser investidos nas demais atividades, sobretudo na industrial. Assim sendo, a reprodução do capital cafeeiro foi gradualmente ganhando outras faces.

Ainda seguindo as análises feitas por Cano (1998) pode-se afirmar que a atividade industrial surgida em torno do complexo cafeeiro pode contar com um excedente de capital que constantemente de forma cíclica era reinvestido no próprio setor. Dessa forma, as indústrias que foram sendo constituídas gravitavam em torno do complexo cafeeiro, ou seja, ao redor de São Paulo. Daí surge o processo de concentração industrial que se deu. A acumulação de capital que teve como núcleo o cultivo do café foi tomando diversas faces, promovendo uma concentração de investimentos, dentre eles no setor industrial.

1.2: Fatores da desconcentração produtiva na Região Metropolitana de São Paulo.

Após a breve análise sobre o processo de concentração industrial em São Paulo, serão estudados os fatores que levaram à desconcentração produtiva na região metropolitana de São Paulo. Como, após um longo período de aglomeração industrial, sobretudo na região metropolitana de São Paulo, inicia-se um processo reverso, ou seja, da desconcentração.

A região metropolitana de São Paulo contava na década de 1970 com uma participação em torno de 43% do total da indústria de transformação do Brasil. Tal número passou para cerca de 17% no ano de 2002.

Quadro 2. Participação regional no VTI da indústria de transformação paulista

	1970	1980	1985	1989	1998	2002
Brasil, Exclusive ESP	41,8	46,6	48,1	49,3	50,2	54,6
ESP	58,2	53,2	51,9	50,7	49,8	45,4
RMSP	43,2	33,6	29,4	28,7	24,6	17,2
Interior	14,7	19,8	22,5	22,0	25,2	28,2

Fontes: VTI Br e ESP, 1970 e 1985, Censos Industriais, 1989-2002; citado por Cano, Wilson. A desconcentração espacial da indústria paulista. Boletim Regional Janeiro, Fevereiro, Março, Abril 2006, p.19.

São Paulo ao longo de sua história sempre apresentou uma infra-estrutura importante assim como uma concentração industrial, sendo o carro chefe fundamental para o desenvolvimento do País. Todavia, ao longo das últimas décadas vem perdendo importante participação no produto nacional passando de 39,5% em 1970 para 34,1% em 2002. Diversos fatores podem explicar essa queda na participação dentre eles o desejo das autoridades que implementaram políticas nacionais para a desconcentração regional em favor de regiões menos desenvolvidas. Também, a “guerra fiscal” utilizada pelos demais estados para atrair investimentos e a expansão da fronteira agrícola contribuiu para essa desconcentração produtiva. Importante salientar que parte desses investimentos que saíram da região metropolitana de São Paulo foram canalizados para o próprio interior do Estado, conforme apresentado por Cano (1998).

A região metropolitana de São Paulo passou a apresentar, após a grande concentração industrial e populacional que se deu, problemas em virtude de seu crescimento caótico. Não houve ao longo dos anos um planejamento adequado para o desenvolvimento da região. O grande fluxo de investimentos que atraíram milhares de pessoas acabou por contribuir também de forma negativa para o

desenvolvimento. A região transformou-se num “inchaço” urbano causando perdas relativas de competitividade.

Segundo Cano (2006) “... o crescimento vertiginoso e caótico da RMSP, além de outros efeitos negativos, certamente lhe trouxe deseconomias de aglomeração e perdas relativas de competitividade, *vis-à-vis* o desenvolvimento de outras Regiões Administrativas. Reforça isto, o agravamento da questão ambiental, que tem levado o governo estadual, através da CETESB, a fiscalizar e examinar com grande rigor, o funcionamento ou a intenção de expansão ou instalação de novas plantas industriais na região”. (Cano, 2006 p. 18).

Percebe-se ainda, que tal crescimento caótico trouxe problemas ambientais, os quais passaram a ser acompanhados com mais vigor pelo governo estadual, seguindo a tendência mundial no tocante às questões ambientais.

A análise da desconcentração industrial ocorrida na região metropolitana de São Paulo não deve se reter apenas aos problemas apresentados na região. Deve-se compreender também os fatos que estavam ocorrendo nas demais regiões do País, qual seja, o interior do Estado de São Paulo assim como os demais estados do Brasil. As políticas de desenvolvimento nacional e regional, como o II PND, contribuíram fortemente para alavancar os investimentos público e privado nas demais regiões. Sobretudo a partir da década de 1970, período de altas taxas de crescimento do produto interno, o país passava pela questão do “nacional desenvolvimentismo”, ou seja, implantava políticas que abrangiam o país como um todo buscando promover a integração do mercado nacional, o crescimento do comércio exterior, sobretudo as exportações, e a expansão das fronteiras agrícola e mineral. Logo, constata-se que nesse período a desconcentração produtiva na região metropolitana de São Paulo ocorre não apenas por problemas apresentados na região, mas também pelo momento em que passava o Brasil, pela eficiência das políticas que vinham sendo implantadas.

Quadro 3. Participação do Estado de São Paulo no PIB do Brasil.

Setores	(em %)				
	1970	1980	1989	2002	2003
Primário	18,0	14,2	15,5	26,6	23,9
Indústria geral	56,4	47,3	44,7	33,1	33,3
Terciário	35,0	34,8	36,1	33,3	32,9
Total	39,5	37,7	37,8	32,6	32,1

Fonte: (dados brutos) IBGE, Contas Regionais. Citado por Cano, Wilson. Brandão, Carlos A., S. Maciel, Cláudio. C. Macedo, Fernando. Economia Paulista “Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005”, 2005 p. 193.

Já a partir da década de 1980, com as conseqüentes crises que assolavam o país como a inflacionária e os problemas de demanda, a região mais afetada foi justamente a que possuía os principais setores da economia, ou seja, a região metropolitana de São Paulo. Os novos investimentos de modernização do parque industrial caíram vertiginosamente. Também, a partir da década dos 1990, com a abertura da economia, a entrada de empresas transnacionais e as desnacionalizações promoveram mudanças na estrutura produtiva com novas formas de organização, seja através de eliminação de plantas ou buscando novos espaços com melhores condições.

Quadro 4. Estado de São Paulo: estrutura produtiva da indústria de transformação, segundo o VTI.

(em %).					
Gêneros de atividades	1985	1996	1998	2002	2004
Indústrias de transformação	100	100	100	100	100
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	8,8	14,2	14,2	14,1	12,6
Fabricação de produtos de fumo	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Fabricação de produtos têxteis	6,3	3,4	3,0	2,3	2,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,7	1,8	1,7	1,1	1,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1,4	1,0	0,6	0,8	1,2
Fabricação de produtos de madeira	0,6	0,4	0,5	0,6	0,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,6	4,8	3,9	5,1	4,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,9	5,8	6,3	3,6	4,1
Fabricação de coque, combustíveis nucleares, álcool e refino de petróleo	8,7	6,1	5,3	12,7	11,7
Fabricação de produtos químicos	12,5	14,5	16,0	15,0	14,2
Fabricação de artigos de borracha e plástico	5,3	5,2	5,2	5,7	5,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3,3	2,8	3,1	3,0	2,8
Metalurgia básica	6,2	3,1	3,0	4,5	6,0
Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	5,1	4,6	4,5	3,6	4,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	10,7	8,7	8,4	7,7	7,9
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,8	0,8	0,7	0,5	0,4
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,5	3,9	4,2	2,9	2,8
Material eletrônico, aparelhos e equip. de comunicações	2,9	3,3	3,4	1,7	2,2
Equip. médico-hospitalares, de precisão, ópticos e para automação industrial, cronômetros e relógios	0,9	1,0	1,1	1,2	1,1
Montagem de veíc.automotores, reboques e carrocerias	8,8	11,7	11,4	10,2	10,9

Fonte: (dados brutos) IBGE, Contas Regionais. Citado por Cano, Wilson. Brandão, Carlos A., S. Maciel,

Cláudio. C. Macedo, Fernando. Economia Paulista "Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005". 2005 p. 193.

Em linhas gerais pode-se afirmar que as baixas taxas de crescimento do produto interno bruto atingiram de forma diferenciada as diversas regiões do país. Não só a região metropolitana de São Paulo contava com falta de investimentos, todavia, por ser a mais desenvolvida, passou a sentir mais os efeitos da crise.

No período entre 1985 e 1998 o setor de bens de consumo não duráveis apresentou, em função do alto desemprego e do arrocho salarial, comportamentos diferentes nas diversas indústrias que compõem o setor. A indústria alimentícia, em virtude do crescimento das exportações, aumenta sua participação na produção paulista que sobe de 8,8% para 14,2% no período em questão. Já as indústrias

de tecido, vestuário e calçado perdem espaço não só em função da crise, mas também pelo acirramento da “guerra fiscal” entre os Estados. Já no período seguinte todas as indústrias de bens de consumo não duráveis perdem participação em São Paulo com relação ao País, conforme apresentado por Cano (2006, 2007).

Já o grupo de bens intermediário mostrou significativas quedas no período entre 1985 e 1998. O fator fundamental para isso, além da crise geral na indústria, foi o crescimento das importações não acompanhado pelas exportações. Também, a queda do preço do petróleo contribuiu para a diminuição da participação da indústria paulista no grupo de bens intermediários. A partir de 1998 até 2002 ocorre um aumento dessa participação em função, sobretudo do crescimento das exportações e recuperação dos preços do petróleo, conforme apresentado por Cano (2006, 2007).

Para o grupo de bens de consumo duráveis e de capital a trajetória nos períodos mencionados acima não foi diferente dos demais grupo. Com a abertura comercial, a crise que assolava a indústria e a disputa entre os estados através da “guerra fiscal”, fez com que a indústria paulista também perdesse participação nesse grupo, conforme apresentado por Cano (2006, 2007). Porém, continua sendo a maior produtora de bens de capital.

1.3: Desconcentração econômica e interiorização do desenvolvimento de São Paulo

Conforme se observa no quadro 5 a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua participação no valor de transformação industrial do estado de 74,7% para 56,6% enquanto o interior do estado passou de 25,3% para 43,4% no período de 1970 a 1985, evidenciando um rápido processo de interiorização do desenvolvimento do estado.

Quadro 5. Modificações espaciais da indústria de transformação do estado de São Paulo: 1959/1985

(valores em percentagem do VTI)					
Região Metropolitana e Interior	1959	1970	1975	1980	1985
Metropolitana - RMSP	73,8	74,7	69,4	62,9	56,6
Capital	54,8	48,1	44,0	34,8	29,8
RMSP, exceto capital	19,0	26,6	25,4	28,1	26,8
Interior	26,2	25,3	30,6	37,1	43,4
Total do Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fibge - Censos Industriais de 1959, 1970, 1975, 1980 e 1985. Citado por Negri, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo 1880-1990. 1996 p. 181.

Segundo estudos realizados por Negri (1996), deve-se destacar que desde a segunda metade da década de setenta a indústria da capital paulista vem perdendo seu dinamismo, sendo que esta sentiu com mais intensidade os efeitos da crise que assolou o país na década de 1980. Enquanto isso, o interior do estado, sobretudo as regiões administrativas, vinha crescendo de forma mais consistente sem deixar se abater com a crise de maneira mais evidente como na capital.

Em junho de 1973 criou-se um novo aparato institucional no âmbito federal e estadual dando origem às regiões metropolitanas cuja finalidade seria a de proteção ambiental, zoneamento industrial, parcelamento do solo, proteção dos mananciais das regiões metropolitanas, sobretudo a de São Paulo. Também no mesmo ano criou-se a Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição e de Águas (Cetesb) cuja finalidade seria controlar a ampliação e instalação de novas unidades industriais. Importante salientar que tais aparatos institucionais criados tinham por objetivo reduzir a devastação do solo, do meio ambiente e dos recursos hídricos, ou seja, impedir a continuação do crescimento de forma caótica sem a devida preocupação com o espaço territorial. Em relação ao zoneamento industrial foram criadas leis específicas que delimitavam o uso dos solos e

recursos ambientais, sobretudo na região metropolitana, estabelecendo objetivos e diretrizes para o desenvolvimento industrial. Foram criadas as Zonas de uso estritamente industrial (ZEI), Zonas de uso predominantemente industrial (ZUPI) e Zonas de usos diversificados (ZUD). Assim sendo, tais restrições impostas fizeram com que setores industriais que mais agredem o meio ambiente fossem constituídos a partir de então no interior do estado, contribuindo assim para uma maior desconcentração produtiva não apenas no sentido ao interior do estado como para outras regiões do país conforme destacaram diversos autores.

Quadro 6. Participação da indústria do interior no VTI Estadual de alguns ramos poluentes: 1970/1985

Ramos	1970	1975	1980	1985
Produtos farmacêuticos e veterinários	4,7	11,1	15,1	21,2
Metalurgia	18,3	20,1	24,5	35,8
Papel e papelão	28,6	34,6	40,0	40,0
Borracha	16,2	27,2	25,0	30,8
Química	34,3	47,5	60,4	64,6
Produtos de matérias plásticas	9,8	12,0	18,0	20,7

Fonte: Fibge - Censos Industriais de 1959, 1970, 1975, 1980 e 1985. Citado por Negri, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo 1880-1990. 1996 p. 183.

A ideologia básica que vigorava partindo do âmbito federal era a de interiorização do desenvolvimento econômico e desconcentração industrial, sobretudo do estado de São Paulo. Foram instituídos programas como o de Cidades Médias, de Interiorização do Desenvolvimento (PROINDE) e Política de Descentralização Industrial, cuja finalidade era realmente levar para o interior do estado o desenvolvimento tanto econômico como social, investindo em infra-estrutura e redes rodoviárias facilitando a logística, fornecendo à população do interior condições melhores como emprego, saúde e educação, conforme apresentado por Negri (1996).

Segundo Negri (1996) “A melhoria da infra-estrutura econômica e social do espaço interiorizado, o desenvolvimento de seus principais centros urbanos, a rede montada por mais de uma centena de distritos industriais e as facilidades de acesso às principais fontes de recursos hídricos contribuíram para a interiorização da indústria em São Paulo”. (Negri, 1996, p. 184).

Outra fonte que contribuiu fortemente para a interiorização do estado de São Paulo foi a expansão da agricultura industrializada a qual, com o incentivo do Governo Federal, passou cada vez

mais a ser voltada para a exportação. O processo de expansão da agricultura brasileira, sobretudo no estado de São Paulo, esteve diretamente ligado à utilização de maneira crescente de máquinas, equipamentos e insumos básicos produzidos pela indústria. Foi um processo de mecanização e evolução das formas de produção com incremento substancial da produção, conforme apresentado por Negri (1996).

Todavia, fez-se necessário o aumento das áreas produtivas e o espaço do interior veio preencher essa necessidade de novas áreas para cultivo. O Estado contribui com o sistema nacional de crédito rural fornecendo subsídio para o incremento da produtividade. Assim as áreas cultivadas, sobretudo no interior, cresceram a olhos vistos, podendo corresponder à demanda para exportação que também era cada vez maior.

Quadro 7. Exportações dos principais complexos agroindustriais de São Paulo: 1975/1985

Complexos	Valor das Exportações em US\$ Milhões		
	1975	1980	1985
Da Laranja	82,2	409,6	798,8
Da Carne	45,4	176,2	416,9
Da Soja	72,4	137,5	223,6
Do Café	512,6	1.348,1	1.713,6
Da Cana	361,4	541,3	143,4
Do Algodão	124,3	154,3	230,6
Total	1.198,3	2.767,0	3.522,9

Fonte: Martinelli Jr., O. & Camargo Filho, O. R. de. Exportações e destinos dos principais complexos agroindustriais do Estado de São Paulo, Campinas, Fecamp/IE/Unicamp, 1989. Citado por Negri, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo 1880-1990. 1996 p. 186.

Segundo palavras de Negri (1996) “A expansão e diversificação da agropecuária e da agroindústria paulista constitui-se num importante determinante de aprofundamento do processo de interiorização industrial, que pode ser mais bem compreendido através de três indicadores importantes: o primeiro referente ao aumento do já elevado índice de concentração do valor da transformação industrial do ramo alimentício no interior, conforme mostram todos os censos industriais dos últimos anos: no período 1970/85, passou de 60,1% para 66%; o segundo refere-se à elevada participação da indústria alimentícia do interior no total do respectivo ramo em nível nacional: em torno de um quarto do total; e o terceiro é o recente aumento da participação relativa na estrutura industrial do interior – de 12,4% para 13,2% no período 1980/85, quando se

sabe que tem aumentado significativamente o peso relativo de ramos mais complexos, como mecânica, material de transportes e material elétrico e de comunicações...”. (Negri, 1996, p. 186).

Outro aspecto positivo para a interiorização da economia de São Paulo foi o Programa Nacional do Alcool visto que a indústria que atendia a demanda por máquinas e equipamentos necessários a indústria sucro-alcooleira localizava-se no interior do estado. Sobretudo a indústria química pode dessa forma crescer vertiginosamente a partir do interior sendo que a maior parte das destilarias localizava-se lá, conforme apresentado por Negri (1996).

Apesar da recessão na década de 1980 a indústria paulista, sobretudo o setor de manufaturados, encontrou nas exportações uma via de escape para o desaquecimento da economia nacional. Nesse sentido, a indústria paulista interiorizada obteve sucesso concentrando sua produtividade com viés exportador. Segmentos como o de calçados, vestuário, material bélico e de transportes conseguiram, apesar da recessão, crescer e consolidar a produção a partir do interior do estado, conforme apresentado por Negri (1996).

Ainda considerando as análises de Negri (1996) é importante salientar, sem cair na repetição, que as condições favoráveis dadas como incentivo para a interiorização da indústria paulista foram fundamentais para que tal processo fosse viável. A expansão da malha rodoviária, a diversificação da agricultura, os avanços do sistema de telecomunicação nos municípios do interior, ou seja, os investimentos pesados feitos foram indubitavelmente essenciais para que o crescimento do produto do interior paulista superasse as demais regiões do país. De acordo com Negri, enquanto o interior de São Paulo crescia a 13,8% ao ano entre 1970/80 o estado manteve taxa de 9,6% e o restante do país 11,7% ao ano. Tais números refletem a importância das políticas de interiorização do estado assim como a importância dessas regiões como atrativas de investimento. Mesmo nos períodos de recessão, sobretudo na década perdida nos anos 80, o interior manteve-se superando as dificuldades do cenário econômico nacional sempre incrementando o parque industrial nacional.

Outra questão fundamental determinante do processo de interiorização da indústria paulista refere-se às deseconomias de aglomeração. O “inchaço” urbano da região metropolitana de São Paulo promoveu uma série de problemas como poluição, dificuldades de deslocamento, recursos hídricos, problemas de infra-estrutura como saneamento básico e redes de esgoto, além de questões sociais como aumento do desemprego e da criminalidade em virtude da concentração populacional que se deu na região metropolitana. Tais questões surgem a partir da aglomeração tornando a escala de produção industrial e o desenvolvimento social retroagirem. Por isso dá-se o nome de deseconomias de aglomeração. Tal fato faz com que novas plantas industriais busquem novas localidades para se instalar

sendo o interior de São Paulo contemplado com esses novos investimentos. Dessa forma, a infraestrutura encontrada no interior tornou-se um atrativo às indústrias as quais passaram a montar filiais ou mesmo transferir suas unidades para essas novas localidades. O fácil acesso a região metropolitana foi um facilitador para essas transferências na medida em que retirava-se o custo social do transporte de cargas e pessoas, ao contrário do que ocorre dentro da região metropolitana. Importante salientar que as condições para esse fácil acesso ao interior obtiveram importante contribuição do governo do estado.

De acordo com Negri “O Governo estadual deu importantes contribuições ao diagnosticar que os principais eixos de penetração industrial para o interior eram definidos pelas seguintes vias de transportes: a via Anhanguera, em direção a Ribeirão Preto, a via Washington Luiz, em direção a São José do Rio Preto, a rodovia Castelo Branco, ultrapassando Sorocaba, e a via Dutra, em direção ao Vale do Paraíba. Diante disso, criou o Plano Rodoviário de Interiorização de Desenvolvimento – PROINDE -, que se constituía em um plano de descentralização através da implantação e/ou ampliação de mais de cinco mil quilômetros de estradas pavimentadas, acessos, ligações e obras de arte, visando beneficiar as principais vias de penetração, bem como facilitar o transporte para outros Estados”. (Negri, 1996 p. 52).

A indústria do interior, sobretudo na década de profunda recessão que foram os anos 80, sustentou a taxa de crescimento da indústria paulista de forma positiva. A via de escape, como já afirmado anteriormente, foi o comércio externo. Tanto produtos agroindustriais como produtos industrializados estavam na pauta da indústria interiorizada. Havia integração com o mercado nacional e uma crescente demanda por esses produtos oriundos do interior. As cidades médias sofreram um processo de urbanização intenso, fato que promoveu significativos ganhos sociais para as regiões, conforme apresentado por Negri (1996).

Logo, constata-se que a interiorização da indústria paulista pode ser definida de forma mais abrangente ainda. Pode-se afirmar sem incorrer em erro que o estado de São Paulo ampliou não só o parque industrial pelo interior, mas promoveu uma verdadeira revolução econômica, ou seja, foi uma expansão econômica voltada, sobretudo para o desenvolvimento do interior do estado. O alto nível de urbanização alcançado, as redes rodoviárias que promoveram uma logística de ponta, os investimentos em infra-estrutura, a diversificação da produção entre bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis, bens de capital, indústria química, demonstram o grau de importância do processo ocorrido. Além do mais, os ganhos sociais conquistados com aumento do emprego nas cidades do interior permitiram um maior dinamismo considerando a renda gerada que passou a movimentar o mercado. Ainda, o viés exportador dessa economia do interior paulista contribui de maneira importante para o balanço comercial do país. A interiorização econômica foi um processo de mudança constante que

determinou uma nova configuração regional e nacional, determinante para o desenvolvimento do país como um todo.

Capítulo 2: O desempenho paulista.

2.1: Transformações produtivas e desempenho exportador do estado de São Paulo pós 1980

Observa-se a partir do quadro 8 mudanças significativas na estrutura produtiva do estado de São Paulo, sobretudo a partir da década de 80. Constatase que o segmento de bens de consumo não duráveis perde participação no total da indústria de transformação passando de 36,8% em 1967 para 25,9% em 1985. Já no ramo de bens intermediários ocorre o inverso passando de 34% em 1967 para 41% em 1985. Nesse ramo pode-se destacar a indústria química que vai de uma cifra de 11,4% em 1967 para 17,2% em 1985, onde podemos destacar a instalação da REPLAN em Paulínia a qual tornou-se uma das maiores refinarias de petróleo do País. Também, o ramo produtor de bens de capital e de consumo duráveis incrementa sua participação no total das indústrias do estado passando de 29,2% em 1967 para 33,1% em 1985, tendo como destaque a indústria mecânica que vai de 6% para 11,5% no período considerado, conforme apresentado por Negri (1996).

Segundo análise feita por Negri (1996) as exportações foram sobremaneira importantes para a diversificação e ampliação do parque industrial no país como, por exemplo, na indústria alimentícia que passou a expandir a pauta de produtos exportados como suco de laranja, carne, soja e seus derivados. Aliado ao processo de interiorização da indústria paulista os avanços tecnológicos ocorridos no período foram importantes para as transformações produtivas ocorridas.

Quadro 8. Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1967/1985.

(valores em percentagem do VTI)					
Grupos e Ramos de Indústrias Selecionadas	Anos				
	1967	1970	1975	1980	1985
GRUPO I					
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não-Duráveis	36,8	36,8	28,6	25,8	25,9
1. Têxtil	9,3	9,9	6,2	6,4	5,7
2. Vest., Calçados e Art. Tecidos	2,9	3,3	3,3	3,8	4,0
3. Alimentos	11,5	10,2	7,7	7,4	8,7
4. Outros	13,2	13,4	11,4	8,2	7,5
GRUPO II					
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários	34,0	33,9	39,0	39,6	41,0
1. Química	11,4	9,3	12,4	14,9	17,2
2. Minerais Não-Metálicos	4,5	5,0	5,0	4,3	3,5
3. Metalurgia	9,2	10,5	12,6	11,7	11,0
4. Outros	8,9	9,1	9,0	8,7	9,3
GRUPO III					
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	29,2	29,3	32,4	34,6	33,1
1. Mecânica	6,0	8,3	12,6	12,6	11,5
2. Material de Transporte	12,3	11,1	8,3	9,7	8,9
3. Mat. Elétrico e de Comunicações	8,5	7,3	7,4	7,7	9,3
4. Outros	2,4	2,6	4,1	4,6	3,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: 1. Fibge - Censos Industriais: 1970, 1975, 1980 e 1985

2. Fibge - Pesquisa Industrial: 1967. Citado por Negri, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo 1880-1990. 1996 p. 162.

No período posterior a 1985 o setor de serviços passa a ganhar força e torna-se destaque, sobretudo na região metropolitana de São Paulo. Setores como informática e comunicação aparecem a partir da própria demanda gerada pelas empresas que se inovam a cada dia. Os novos processos de produção e as inovações tecnológicas reduzem o número de trabalhadores necessários nas indústrias

tradicionais sendo estes deslocados em grande parte para o setor terciário, ou seja, a prestação de serviços.

Quadro 9. Evolução do comércio exterior.

(US\$ bilhões e em %)										
Produtos	Brasil					Estado de São Paulo				
	Valor			Taxa média de crescimento (%)		Valor			Taxa média de crescimento (%)	
	1989	2002	2004	2002/1989	2004/2002	1989	2002	2004	2002/1989	2004/2002
Total	34,1	59,3	96,5	4,4	27,5	12,0	20,1	31,0	4,0	24,2
Básicos	9,5	17,0	28,5	4,5	29,7	0,9	1,3	2,8	3,2	44,8
Semimanufaturados(1)	5,8	9,0	13,4	3,4	22,4	0,7	1,5	2,5	6,2	28,0
Manufaturados(2)	18,7	33,4	52,9	4,6	25,9	10,4	16,9	25,4	3,8	22,6
Industriais(1+2)	24,5	42,4	66,3	4,3	25,0	11,1	18,4	27,9	3,9	23,1

Fonte: (dados brutos) MDIC Citado por Cano, Wilson. Brandão, Carlos A., S. Maciel, Cláudio. C. Macedo, Fernando. Economia Paulista "Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005". 2005 p. 205.

O setor de bens de consumo não duráveis no período pós 1985 apresenta, em função da crise que assola o país, um comportamento desigual entre os diferentes ramos como o de alimentos e os têxteis. O alto desemprego provoca uma retração no mercado em função da baixa renda da população. Todavia, as exportações tornam-se uma via de escape como, por exemplo, para o setor de alimentos onde sua participação na produção paulista passa de 8,8% para 14,2% entre 1985 e 1998. Já o setor têxtil além da recessão econômica é atingido pela "guerra fiscal" e diferentemente do setor de alimentos não possui o viés exportador.

Pelo quadro 9, observa-se que o estado de São Paulo, entre os anos de 1989 a 2002 manteve uma taxa de crescimento do comércio exterior relativamente baixa comparada à taxa mundial. Enquanto no estado as exportações cresciam a 4% no período, a média mundial foi de 5,8%. Tal fato se deve, sobretudo pela alta valorização cambial e pela queda internacional dos preços das commodities. Todavia, a questão fundamental foi a implantação das políticas neoliberais que acabaram por assolar a indústria paulista, principalmente com fechamento de plantas.

Segundo autores do livro Economia Paulista (2005) "... a indústria paulista foi a mais atingida pela política neoliberal, com fechamento de plantas e desestruturação de cadeias produtivas, sofrendo ainda os efeitos negativos da "Guerra Fiscal" e do deslocamento da fronteira agropecuária, agroindustrial e mineral, com o que não apenas perdeu participação no valor da produção industrial nacional, mas teve, ainda, pior desempenho exportador". (Cano, Wilson. Brandão, Carlos A., S. Maciel, Cláudio. C. Macedo, Fernando. 2005, p. 205.).

2.2: Distribuição geográfica da produção, do produto e do emprego nas regiões administrativas de São Paulo.

O Estado de São Paulo após a nova configuração espacial e econômica constituída pode ser dividido nas seguintes regiões administrativas: Região metropolitana de São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Santos, Ribeirão Preto, Central, São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Franca, Araçatuba, Barretos, Presidente Prudente e Registro. Pode-se caracterizar cada uma dessas regiões segundo sua participação na produção, no produto e no emprego comparativamente ao estado como um todo visto que cada uma delas possui suas especificidades e importância. (Cano, Wilson. Brandão, Carlos A., S. Maciel, Cláudio. C. Macedo, Fernando., 2005.).

Quadro 10. Indústria de transformação do Estado de São Paulo.

Valor Adicionado Fiscal 1980-2003 (em % RA/Total estadual).						
Região Administrativa	1980	1985	1990	1995	2000	2003
RMSP	64,4	57,6	58,1	51,9	41,5	38,3
Campinas	15,2	17,5	19,2	21,5	23,3	26,8
SJ dos Campos	5,0	6,4	6,4	8,8	14,0	10,8
Sorocaba	4,0	4,9	4,9	5,2	5,2	5,6
Santos	4,3	4,1	2,6	3,2	4,2	4,8
Ribeirão Preto	1,1	1,6	1,2	1,9	2,1	2,4
Central	1,8	2,3	1,8	1,8	2,1	2,3
SJ. Do Rio Preto	0,6	0,7	1,0	1,0	1,4	1,8
Bauru	1,1	1,4	1,2	1,5	1,6	1,7
Marília	0,5	0,8	0,9	0,8	1,0	1,4
Franca	0,8	0,9	1,2	0,9	1,2	1,3
Araçatuba	0,3	0,5	0,7	0,7	1,0	1,1
Barretos	0,4	0,7	0,5	0,5	0,8	1,0
P.Prudente	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6
Registro	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2
Total RAs	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: (dados brutos) Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Citado por Cano, Wilson. Brandão, Carlos A., S. Maciel, Cláudio. C. Macedo, Fernando. Economia Paulista "Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005". 2005 p. 207.

Observa-se pelo quadro 10 que a região administrativa de Campinas dá um grande salto na participação da indústria de transformação passando de 15,2% em 1980 para 26,8% em 2003. Trata-se de um parque industrial diversificado contemplando quase todos os gêneros de produção, até mesmo a agroindústria. A partir da desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo desde a década de 1970, a região de Campinas tornou-se a segunda principal região administrativa do estado. Encontra-se nela destaque nos diversos setores como alimentício, têxtil, papel e celulose, químico, petroquímico e metal mecânica. Trata-se também de um pólo importante no tocante à pesquisa e desenvolvimento, concentrando investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Os principais segmentos industriais são: combustíveis (24,7% do VAF industrial regional), alimentos (11,2%), produto químico (9,9%), material de transporte (9,8%), máquinas e equipamentos (8%) e papel e celulose (6,7%). Todavia, o mercado de trabalho da região de Campinas apresentou certa precarização ao longo da década de 1990, com aumento do desemprego e redução da quantidade de assalariados. Por tratar-se da principal região administrativa depois da região metropolitana de São Paulo, o desemprego apresentado representa cerca de 13% de todo o desemprego do estado de São Paulo, isso em função do contingente populacional da região. Aliado a queda de assalariados houve um aumento do número de ocupados no setor de comércio e serviços na região, todavia sem respaldo das leis de proteção ao trabalhador, comprovando a precarização que ocorreu.

A região de Araçatuba, também beneficiada pelo processo de interiorização da indústria paulista, possui como destaque os setores da agroindústria e da produção de calçados. Em 2003 o setor de calçados e couro representava 22,7% do VAF estadual. Trata-se de uma região pouco diversificada na pauta de produtos industriais, todavia, concentra determinada importância nos segmentos que atua. Em função de seu desempenho econômico favorável, o mercado de trabalho da região de Araçatuba recebeu com menos impacto a precarização do mercado de trabalho ocorrido nos anos 90. O setor da agroindústria foi o responsável pela taxa de desemprego menor relativamente às demais regiões. Todavia, em linhas gerais apresenta baixos níveis salariais.

A região metropolitana da Baixada Santista não apresentou um crescimento consistente ao longo do período em questão. Seus principais ramos são os de siderurgia, petróleo e indústria química, perfazendo um total de 92% da produção industrial. Assim sendo, a crise vivida ao longo dos anos 80 e a queda dos preços do petróleo configurou o baixo desempenho da região. Importante destacar que independentemente da região administrativa analisada, o desempenho de cada setor industrial segue de forma paralela o sucesso ou não da economia nacional assim como as tendências mundiais. Em função do desempenho da sua atividade econômica, a região da Baixada Santista apresentou nos últimos anos

uma deterioração dos seus indicadores de mercado de trabalho com aumento do desemprego e precarização dos salários e condições de trabalho.

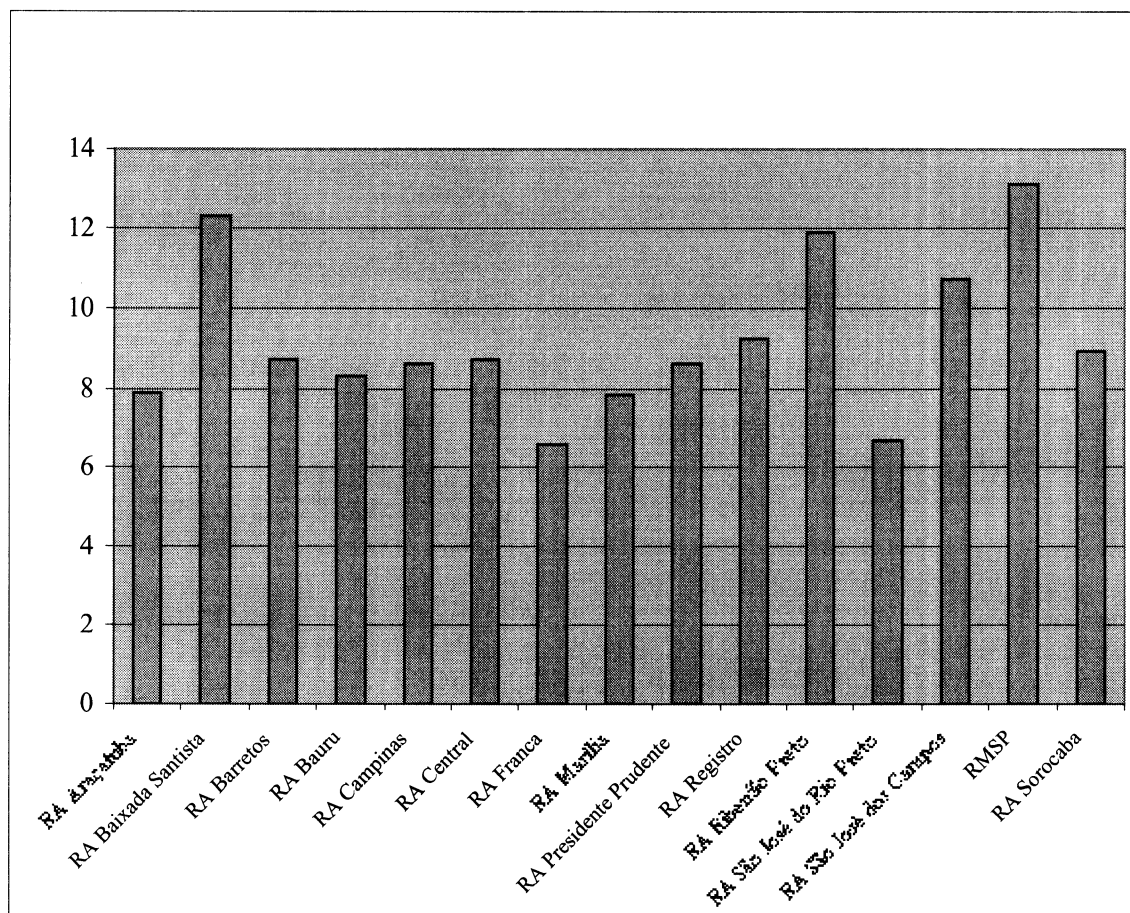


Figura 1. Taxa de desemprego - Regiões administrativas de São Paulo - 2000

Fonte: FSEADE (elaboração própria). Taxa de desemprego (em % da PIA) no Estado de São Paulo em 2000 (em %).

A região de Barretos tem como base de sua indústria a produção de alimentos tendo uma base agrícola pouco diversificada. A produção do álcool de cana impulsionou o segmento de combustível também o que somados à produção de alimentos perfazem um total de 92% da produção da região administrativa. Com relação ao mercado de trabalho, a região de Barretos também sofreu certa precarização com aumento da taxa de desemprego. Em alguns setores, porém, como a agropecuária, o comércio e a construção civil apresentaram relativa melhora nos níveis de emprego.

A região de Bauru possui nos setores alimentício, papel e celulose e álcool seus principais ramos de produção, ou seja, o ponto forte dessa região administrativa é a agroindústria. Importante destacar também a produção de bebidas considerando o fato de estar localizada na região a AMBEV a qual produz lá cerca de 3% da cerveja consumida no país. Em tal região, o mau desempenho

econômico, sobretudo no final dos anos 80, fez com que o mercado de trabalho retrocedesse. Queda na taxa de ocupados e redução do assalariamento foram a tônica da região nos últimos anos.

Na região Central os setores fortes de sua economia estão relacionados à produção de alimentos, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos, produtos têxteis e indústrias diversas. A base agrícola da região determina a importante produção alimentícia configurando uma excelente agroindústria. Nesta região houve mudança estrutural do mercado de trabalho com redução do emprego industrial e aumento do emprego no comércio e na agropecuária. Assim como as demais regiões ocorrem uma desestruturação do mercado de trabalho e precarização das condições do emprego.

Quadro 11. Contas regionais: Produto Interno Bruto.

Índice Real do Valor Adicionado Bruto a Preço Básico, segundo Setores e Subsetores de Atividade Econômica, e do Produto Interno Bruto Estado de São Paulo 2002-05				
Base: 2002 = 100				
Setores e Subsetores de Atividade Econômica	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	100,00	97,29	103,49	99,78
Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal	100,00	97,15	105,47	102,51
Pecuária e Pesca	100,00	98,29	92,61	85,61
Indústria	100,00	99,69	107,75	110,05
Indústria extrativa mineral	100,00	92,70	86,10	99,67
Indústria de transformação	100,00	100,25	110,05	112,01
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	100,00	104,25	105,58	112,52
Construção	100,00	94,57	98,64	98,65
Serviços	100,00	99,81	104,59	109,17
Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	100,00	99,27	104,77	107,49
Serviços de Alojamento e Alimentação	100,00	103,34	107,38	116,48
Transportes, Armazenagem e Correio	100,00	95,81	98,97	102,66
Serviços de Informação	100,00	103,36	108,97	112,79
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	100,00	94,11	98,48	103,52
Atividades Imobiliárias e Aluguel	100,00	103,43	107,23	113,07
Serviços Prestados às Empresas	100,00	98,81	107,95	115,11
Serviços Prestados às Famílias e associativos	100,00	98,87	99,35	108,71
Administração, saúde e educação públicas	100,00	103,17	107,22	108,61
Saúde e Educação Mercantis	100,00	100,60	105,86	110,95
Serviços domésticos	100,00	100,87	106,13	113,78
Valor Adicionado Bruto a Preço Básico	100,00	99,70	105,56	109,19

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A região de Franca apresentou uma certa recessão com a abertura comercial que abriu competitividade a seus principais segmentos que são os de calçados e alimentos. Nos últimos anos a região vem se recuperando graças ao processo de interiorização da indústria paulista, ganhando destaque novamente no estado como um todo. Também, a produção de combustível tornou-se importante a partir do álcool da cana após forte incentivo do governo com o pró-álcool. Com a expansão na indústria de transformação a região de Franca apresenta reduzida taxa de desemprego relativamente às demais regiões administrativas. Todavia, como as demais regiões, apresenta

desestruturação do mercado de trabalho com crescimento do emprego no setor agropecuário e queda nas taxas de ocupação e de assalariamento, conforme apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

A região de Marília, assim como outras regiões administrativas, possuem sua base industrial centrada na agroindústria. A produção de alimentos é o principal setor seguido por móveis, máquinas e equipamentos, equipamentos médicos de precisão e bebidas. Seu crescimento nos últimos anos foi acima da média das demais regiões. Como outras regiões, Marília apresentou aumento da taxa de desemprego assim como deterioração das condições de trabalho. Houve queda do emprego no setor industrial e aumento na agropecuária.

A região de Presidente Prudente possui uma produção descentralizada baseada fundamentalmente na agroindústria. A modernização do setor tornou essa região administrativa a maior exportadora de carne bovina do país. Outro produto que merece destaque é a produção de açúcar que ao longo de menos de uma década multiplicou sua produtividade. Em tal região não ocorreram mudanças significativas na composição do mercado de trabalho, conforme apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

A região de Registro possui o menor parque industrial de todas as regiões administrativas não levando vantagem do processo de interiorização do estado de São Paulo. Seus principais ramos são os de minerais não-metálicos, produtos químicos e metalurgia de não-ferrosos. Todavia, em todos esses ramos a região não possui expressão perante as demais regiões administrativas. Com relação ao mercado de trabalho, essa região apresentou elevada taxa de desemprego assim como aumento da precarização dos postos de trabalho. Houve redução do emprego industrial e aumentos no setor e serviços e na agropecuária, conforme apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

A região de Ribeirão Preto possui uma estrutura produtiva diversificada apresentando destaque em três segmentos: papel e celulose, alimentos e combustíveis. É uma das mais expressivas regiões do estado em termos de produtividade tendo destaque a diversificação na produção alimentícia, especialmente o açúcar. Os combustíveis também são importantes e crescem, sobretudo pelo apoio recebido da esfera federal para a produção do álcool. O dinamismo tecnológico também fez surgir a produção de equipamentos médico-hospitalares e tornou-se importante para a região, dadas as condições favoráveis como centros de pesquisa e pessoal capacitado presentes. Apesar do dinamismo da região, os efeitos da recessão do mercado de trabalho também atingiram essa região administrativa. Aumento da taxa de desemprego e da precarização também sobressaíram na região, conforme

apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

A região de São José do Rio Preto foi também favorecida pelo processo de interiorização da indústria paulista configurando uma agroindústria importante para o estado como um todo. Também, a diversificação do parque industrial tendo como destaques a indústria de móveis, alimentos, vestuário, equipamentos médicos e calçados como os mais expressivos da região. Importante salientar o crescimento acima da média das demais regiões em praticamente todos os segmentos produzidos lá. O bom desempenho do setor agropecuário assim como da indústria de transformação não deixou a recessão do mercado de trabalho atingir de forma significativa essa região, conforme apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

A região de São José dos Campos representa a terceira maior região administrativa do estado de São Paulo contando com uma indústria intensiva em capital e tecnologia de ponta. Trata-se de uma indústria diversificada tendo participação em setores como a química, a metalurgia, materiais de transporte, bebidas, papel e celulose e reciclagem entre outros. Localiza-se nessa região a EMBRAER, empresa de renome internacional cujo faturamento em 2002 foi de US\$ 4,2 bilhões. A região de São José dos Campos foi uma das mais favorecidas pelo processo de interiorização da economia paulista. Com perdas significativas de participação relativa tanto no setor agropecuário quanto na indústria de transformação essa região administrativa apresentou piora nas taxas de desemprego, assumindo a terceira posição do estado de São Paulo. Ainda, a precarização e a queda na taxa de assalariamento foram comuns nesta região no período considerado, conforme apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

A região metropolitana de São Paulo é ainda o principal centro industrial do país, embora venha constantemente perdendo participação para o interior do estado. Todavia, possui ainda os principais centros tecnológicos assim como o principal mercado consumidor do país. Conta com uma imensa população que pode fornecer ao setor produtivo uma mão-de-obra especializada para qualquer ramo desejado. Ao longo dos anos, o “inchaço” da região promoveu as já discutidas deseconomias de aglomeração fato que, com o apoio do governo, ajudou a promover a interiorização da economia. A crise da década de 90 promoveu na região fortes mudanças no mercado de trabalho com aumento substancial do desemprego e do número de desocupados além do aumento da precarização. Representa cerca de 55% de todo o desemprego estadual, conforme apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

A região administrativa de Sorocaba possui uma indústria diversificada com participação relevante perante o estado. Seus principais ramos são: madeira, metalurgia, cimento, máquinas e

equipamentos, equipamentos médicos e bebidas. Sua proximidade com a região metropolitana de São Paulo influenciou fortemente o desenvolvimento de sua indústria, assim como a logística da região é um fator relevante para a atração de investimentos. Com relação ao mercado de trabalho a região apresentou a mesma tendência da maioria das regiões administrativas do estado com queda do nível de emprego e precarização dos postos de trabalho, conforme apresentado pelos autores do livro *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005* (2005).

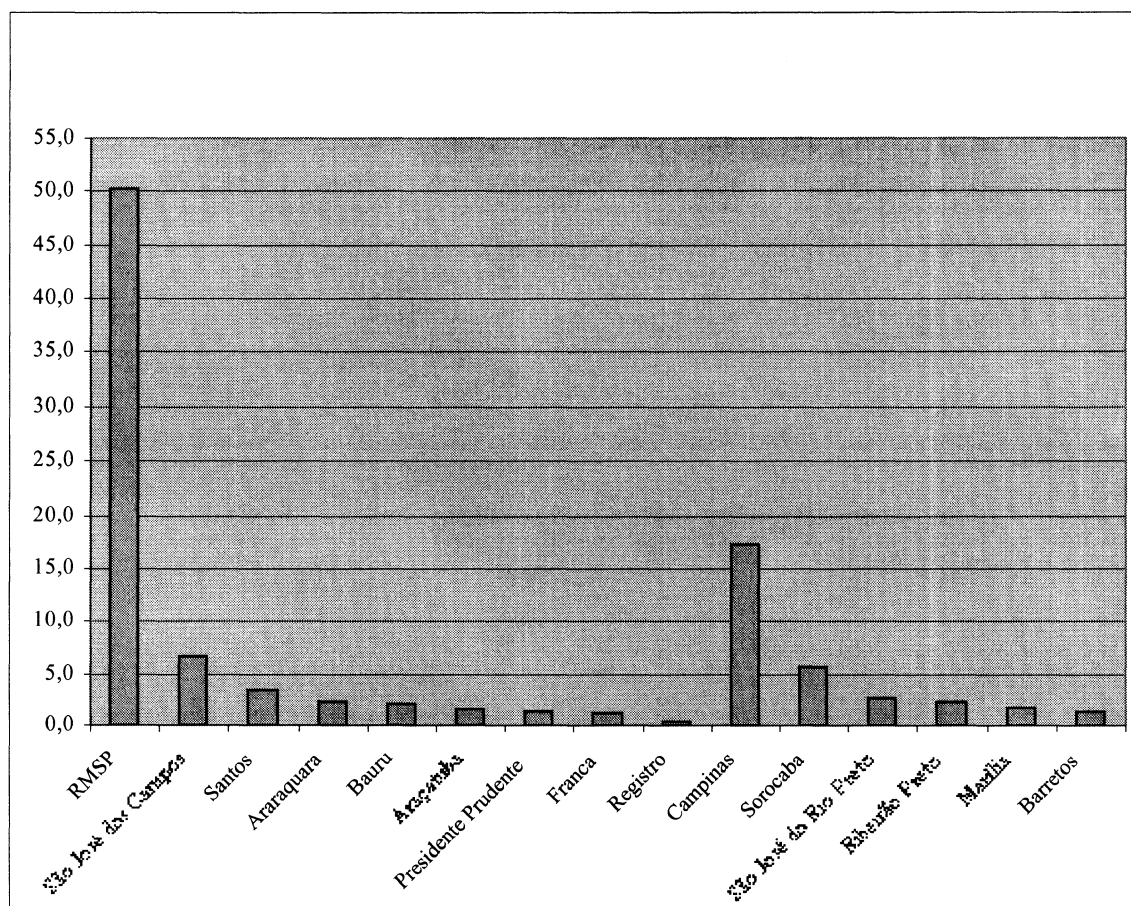


Figura 2. Distribuição do PIB Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2004.

Fonte: SEADE (construção própria).

Observando a figura 2 constata-se que a região metropolitana de São Paulo abrange mais da metade do PIB estadual (50,3%) sendo seguida pela região de Campinas (17,3%), São José dos Campos (6,7%), Sorocaba (5,6%) e Santos (3,5%). Analisando os dados do produto interno por município do estado de São Paulo constata-se um grau de concentração na medida em que os dez maiores municípios do estado foram responsáveis por cerca de 1/3 do PIB estadual. Interessante ressaltar que a localização desses municípios gira em torno da região metropolitana de São Paulo, visto

que fica próximo ao principal mercado consumidor do estado e possui uma rede de rodovias que promove a principal logística do país.

Já nos municípios com menores produtos do estado destaca-se como principal atividade econômica o setor de serviços.

Quadro 12. Valor adicionado por setor de atividade econômica e PIB corrente, segundo municípios selecionados.

Valor Adicionado, por Setor de Atividade Econômica, e PIB Corrente, segundo Municípios Selecionados (1)					
Estado de São Paulo 2004					
	Valor Adicionado				R\$ milhões correntes
Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	PIB
Total do Estado	33.552,94	238.016,43	242.978,99	514.548,36	546.606,82
São Paulo	22,37	59.888,26	92.561,89	152.472,52	160.637,53
Guarulhos	13,59	8.923,24	7.568,76	16.505,59	18.194,92
São José dos Campos	28,27	12.088,36	4.473,72	16.590,35	17.679,81
São Bernardo do Campo	1,09	10.050,43	5.231,79	15.283,31	16.906,08
Campinas	85,05	5.367,42	6.581,06	12.033,53	14.716,83
Barueri	*	5.038,24	5.019,83	10.058,07	11.346,63
Paulínia	35,51	5.766,59	3.605,90	9.408,01	10.010,04
Santo André	0,21	4.957,97	3.690,14	8.648,32	9.629,90
Osasco	*	2.079,25	9.267,65	11.346,90	9.496,52
Sorocaba	14,41	4.977,43	2.844,87	7.836,70	8.524,11

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

(1) Correspondem aos dez municípios com maior PIB. (construção própria).

Na tabela acima podemos observar os dez maiores municípios em termos de produto interno. Interessante ressaltar que mesmo municípios que possuem baixa quantidade populacional estão inseridos nesse ranking, como é o caso de Paulínia. Todavia, deve-se ressaltar a presença da Refinaria de Petróleo de Paulínia (REPLAN) nesse município, o que gera tamanha renda. Outro ponto de destaque na tabela acima é a superioridade da região metropolitana de São Paulo que, mesmo com deseconomias de aglomeração, continua sendo referência nacional.

Quadro 13. Unidades Locais da Indústria, Pessoal Ocupado, Receita Líquida e Valor Adicionado
Regiões do Estado de São Paulo – 2001.

Regiões	Unidades Locais		Pessoal Ocupado (em 31/12)		Receita Líquida (R\$)		Valor Adicionado (R\$)	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Total	50.697	100,0	1.918.681	100,0	296.140.027.138	100,0	127.337.467.167	100,0
Região Metropolitana de São Paulo - RMSP	26.563	52,4	999.556	52,1	136.546.985.377	46,1	67.097.043.689	52,7
Município de São Paulo	17.557	34,6	534.462	27,9	60.309.261.474	20,4	36.369.052.169	28,6
Região do ABC (1)	3.518	6,9	204.176	10,6	41.097.119.834	13,9	15.250.247.603	12,0
Demais Municípios da RMSP	5.488	10,8	260.917	13,6	35.140.604.069	11,9	15.477.743.917	12,2
Região Metropolitana da Baixada Santista e RA de Registro	833	1,7	24.920	1,3	9.213.195.775	3,1	3.701.240.575	3,0
RA de Registro	134	0,3	2.024	0,1	212.963.719	0,1	68.417.232	0,1
Região Metropolitana da Baixada Santista	699	1,4	22.896	1,2	9.000.232.056	3,0	3.632.823.343	2,9
RA de São José dos Campos	1.513	3,0	97.561	5,1	36.113.195.668	12,2	13.726.999.177	10,8
RA de Sorocaba	3.050	6,0	120.913	6,3	13.000.055.748	4,4	5.271.778.477	4,1
RA de Campinas	9.052	17,9	363.135	18,9	66.160.568.978	22,3	24.978.703.960	19,6
Região Metropolitana de Campinas - RMC	3.758	7,4	162.881	8,5	38.736.714.640	13,1	14.355.622.734	11,3
Demais Municípios da RA de Campinas	5.295	10,4	200.255	10,4	27.423.854.338	9,3	10.623.081.227	8,3
Região Norte	5.772	11,4	176.245	9,1	23.378.734.603	7,8	7.962.684.578	6,1
RA de Ribeirão Preto	1.288	2,5	40.830	2,1	5.736.799.423	1,9	2.594.411.846	2,0
RA de São José do Rio Preto	1.738	3,4	44.539	2,3	3.914.863.764	1,3	1.305.610.961	1,0
RA Central	1.457	2,9	46.960	2,4	5.385.896.614	1,8	2.095.815.713	1,6
RA de Barretos	298	0,6	9.471	0,5	5.389.697.201	1,8	906.372.391	0,7
RA de Franca	991	2,0	34.445	1,8	2.951.477.601	1,0	1.060.473.667	0,8
Região Oeste	3.913	7,8	136.350	7,1	11.727.290.988	4,0	4.599.016.709	3,6
RA de Bauru	1.260	2,5	46.373	2,4	5.387.598.776	1,8	2.151.283.942	1,7
RA de Araçatuba	892	1,8	36.473	1,9	2.250.683.300	0,8	751.087.355	0,6
RA de Presidente Prudente	696	1,4	20.717	1,1	1.419.508.230	0,5	531.703.758	0,4
RA de Marília	1.065	2,1	32.787	1,7	2.669.500.682	0,9	1.164.941.654	0,9

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep 2001.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

No tocante ao mercado de trabalho, constata-se pela tabela acima a predominância da região metropolitana de São Paulo como principal pólo empregador do estado. É seguida pelas regiões de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos. Mesmo com a crise da década de 90 que assolou não só o mercado de trabalho paulista, mas em âmbito nacional, não houve muitas mudanças na hierarquia das regiões. Deve-se ressaltar que ocorreu sim uma precarização das condições de trabalho, queda nas taxas salariais, aumento do desemprego e aumento do subemprego, ou seja, os trabalhadores migraram da indústria para o setor terciário trabalhando sem o amparo legal das leis trabalhistas.

2.3: Desempenho exportador das regiões administrativas de São Paulo a partir de 2001

Quadro 14. Participação das regiões administrativas no total das exportações do Estado de São Paulo.

RA	(em %)			
	Anos			
	2003	2004	2005	2006
Região Metropolitana de São Paulo	40,20	38,72	36,17	36,44
Região Administrativa de Registro	0,04	0,03	0,03	0,03
Região Administrativa de Santos	6,14	5,91	6,56	6,79
Região Administrativa de São José dos Campos	18,27	19,20	17,05	15,09
Região Administrativa de Sorocaba	3,85	3,84	4,49	4,76
Região Administrativa de Campinas	17,36	18,31	21,16	20,85
Região Administrativa de Ribeirão Preto	1,02	1,22	1,44	1,91
Região Administrativa de Bauru	2,52	3,00	3,07	3,33
Região Administrativa de São José do Rio Preto	1,65	1,45	1,49	1,84
Região Administrativa de Araçatuba	0,83	0,97	0,92	0,81
Região Administrativa de Presidente Prudente	0,91	0,90	0,91	1,00
Região Administrativa de Marília	0,42	0,41	0,63	0,54
Região Administrativa Central	4,33	3,49	3,64	3,87
Região Administrativa de Barretos	1,45	1,35	1,25	1,54
Região Administrativa de Franca	1,02	1,20	1,17	1,20
Total Estado de São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEADE (construção própria).

Constata-se pelo quadro 14 que a região metropolitana de São Paulo vêm perdendo participação relativa no total das exportações do estado de São Paulo. Em 2003 sua participação era de 40,20% reduzindo esse percentual para 36,44% já em 2006. Tal fato ocorre ao mesmo tempo em que aumenta o percentual exportador das regiões administrativas do interior do estado, ressaltando ainda mais o processo de interiorização da economia paulista. As principais regiões administrativas que se destacam na evolução da participação exportadora são: a região de Santos, a região de Sorocaba, a região de Campinas e a região de Bauru. Interessante ressaltar que essas regiões que mais se destacaram com o aumento das exportações ficam relativamente próximas à região metropolitana de São Paulo, principal mercado consumidor do país e ainda o principal centro produtivo.

Quadro 15. Participação das regiões administrativas do Estado de São Paulo no PIB estadual.

RA	Anos					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Região Metropolitana de São Paulo	53,18	53,96	52,96	50,72	49,56	50,33
Região Administrativa de Registro	0,33	0,28	0,29	0,29	0,34	0,34
Região Administrativa de Santos	3,14	3,07	3,02	3,12	3,75	3,51
Região Administrativa de São José dos Campos	6,16	7,19	6,71	6,49	6,19	6,66
Região Administrativa de Sorocaba	5,21	4,76	5,03	5,16	5,54	5,58
Região Administrativa de Campinas	15,88	15,53	15,74	16,19	17,37	17,35
Região Administrativa de Ribeirão Preto	2,23	2,27	2,26	2,41	2,26	2,21
Região Administrativa de Bauru	1,93	1,83	1,84	1,95	1,96	1,98
Região Administrativa de São José do Rio Preto	2,73	2,41	2,68	3,09	2,83	2,68
Região Administrativa de Araçatuba	1,69	1,59	1,50	1,58	1,58	1,55
Região Administrativa de Presidente Prudente	1,38	1,25	1,27	1,36	1,33	1,30
Região Administrativa de Marília	1,69	1,59	1,59	1,64	1,76	1,70
Região Administrativa Central	2,22	2,15	2,63	2,95	2,77	2,28
Região Administrativa de Barretos	1,05	1,03	1,36	1,81	1,52	1,31
Região Administrativa de Franca	1,18	1,09	1,12	1,23	1,23	1,21

Fonte: SEADE (construção própria).

Em consoante com as modificações no panorama geral das exportações pode-se comparar os dados com a evolução da participação das regiões administrativas de São Paulo no PIB estadual. De acordo com a tabela acima se constata uma queda da região metropolitana de São Paulo na participação do PIB estadual, passando de 53,18% em 1999 para 50,33 em 2004. Essa queda segue a mesma tendência das exportações do estado. Já nas regiões administrativas do interior do estado ocorre o inverso, ou seja, aumenta a participação do produto interno de tais regiões no PIB estadual. Os principais incrementos ocorrem nas regiões de Santos, Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Bauru. Dessa forma, comparando a evolução das exportações com a evolução do PIB das regiões administrativas pode-se sugerir uma ligação entre o aumento ou queda da participação no PIB estadual com o aumento ou queda da participação das exportações da região administrativa no total do estado. Dito de outra forma, uma maior participação da região administrativa no total das exportações estaduais promove uma maior participação de tal região no incremento do produto interno do estado.

De acordo com os dados e as considerações acima, pode-se dizer que o processo de interiorização econômica ocorrida ao longo de décadas no estado de São Paulo fez surgir cidades médias cuja via de escape para sua produção foi o setor exportador. Constata-se que ao longo dos

últimos anos a taxa de crescimento das regiões administrativas do estado foi em linhas gerais superior à taxa da região metropolitana. Tal fato se deve, como já estudado, pelas deseconomias de aglomeração que surgiram nessa região promovendo um “inchaço” urbano e produtivo, o que fez com que o setor produtivo buscasse novas localidades para investir. Ainda, de acordo com os dados observados pode-se concluir que o dinamismo das regiões administrativas do interior do estado de São Paulo está baseado numa produtividade voltada para exportação, não de forma generalizada, mas indubitavelmente nas principais regiões administrativas.

A seguir será feita uma breve análise da evolução do comércio externo de cada região administrativa de São Paulo considerando as variações percentuais anual no período de 2001 a 2006. Também, os principais ramos produtivos de cada região.

Quadro 16. Região administrativa de Araçatuba

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	73.417.492,00	173.449.073,00	222.382.854,00	332.082.328,00	379.975.937,00	407.054.533,00
Evolução (em %) 2001=100	100,00	236,25	302,90	452,32	517,56	554,44
Importações (em US\$)	7.401.368,00	5.355.365,00	11.078.397,00	15.270.275,00	22.848.707,00	39.439.805,00
Evolução (em %) 2001=100	100,00	72,36	149,68	206,32	308,71	532,87

Fonte: dados brutos. (construção própria)

A região administrativa de Araçatuba, conforme os dados do quadro 16, apresentou uma considerável evolução no seu comércio exterior. Entre os anos de 2001 a 2006 tanto sua pauta exportadora quanto a importadora apresentaram um crescimento que quintuplicou seu comércio exterior. A região é composta por 43 municípios e abrange 7% do território estadual. Seus principais gêneros de produção são: couros e calçados, combustíveis e produtos alimentícios. No tocante à pauta exportadora o principal produto é a carne bovina que em 2003 representava 14,7% do total estadual. Também, o calçado infantil apresenta-se como destaque nas exportações da região sendo comercializado com dezenas de países.

Quadro 17. Região administrativa de Bauru.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	471.605.610,00	475.558.455,00	689.794.260,00	1.045.278.635,00	1.272.334.706,00	1.669.236.689,00
Evolução (em %) 2001=100	100,00	100,84	146,27	221,64	269,79	353,95
Importações (em US\$)	145.642.321,00	117.635.526,00	108.339.170,00	134.381.504,00	189.246.194,00	316.623.624,00
Evolução (em %) 2001=100	100,00	80,77	74,39	92,27	129,94	217,40

Fonte: dados brutos. (construção própria).

A região administrativa de Bauru apresentou, conforme dados do quadro 17, uma evolução considerável do seu comércio exterior triplicando o volume de suas exportações entre os anos de 2001 a 2006. Com relação às exportações seu volume foi duplicado no período considerado. Dado que a evolução das exportações foi muito superior ao das importações o saldo do seu balanço comercial foi acrescido consideravelmente. A região é composta por 39 municípios e seu território corresponde a 6,5% do território estadual. Seus principais setores produtivos estão concentrados nos seguintes ramos: Papel e celulose, produtos alimentícios, máquinas e equipamentos, combustíveis e bebidas. Constata-se na região a agropecuária como uma das principais atividades econômicas.

Quadro 18. Região administrativa Central.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	854.390.595,00	934.163.540,00	1.166.103.916,00	1.199.064.828,00	1.505.267.010,00	1.937.502.145,00
Evolução (em %) 2001=100	100,00	109,34	136,48	140,34	176,18	226,77
Importações (em US\$)	133.624.389,00	112.241.599,00	108.008.137,00	140.359.724,00	149.292.249,00	198.315.667,00
Evolução (em %) 2001=100	100,00	84,00	80,83	105,04	111,73	148,41

Fonte: dados brutos. (construção própria)

Observando os dados do quadro 18, verifica-se que a região administrativa Central duplicou o volume das exportações no período de 2001 a 2006. Assim como as demais regiões evoluíram consideravelmente seu comércio exterior. Sua pauta de exportação baseia-se no ramo de bebidas, especificamente o suco de laranja. Tal fato se deve por estar localizada na região as empresas Cutrale e Citrosuco. Outros ramos importantes da produção regional são: Produtos alimentícios, máquinas e equipamentos, têxtil, minerais não metálicos e eletrodomésticos.

Quadro 19. Região administrativa de Campinas.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	4.337.400.683,00	4.119.877.566,00	4.720.569.646,00	6.338.783.448,00	8.758.279.211,00	10.449.233.136,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	94,98	108,83	146,14	201,92	240,91
Importações (em US\$)	5.022.871.439,00	4.431.199.038,00	4.738.187.228,00	6.715.672.283,00	8.105.412.468,00	9.342.414.492,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	88,22	94,33	133,70	161,37	186,00

Fonte: dados brutos. (construção própria)

Constata-se pelo quadro 19 que a região administrativa de Campinas também teve um bom desempenho na evolução do volume de suas exportações ao longo do período considerado, mais do que duplicando em termos reais. Trata-se da segunda principal região administrativa do estado podendo desse fato inferir a importância da sua pauta exportadora perante o estado em geral. A região é composta por 90 municípios correspondendo a 10,9% da área territorial do estado. Sua indústria é totalmente diversificada passando por setores como a química, metal-mecânica, alimentos, bebidas, papel e celulose, têxtil, reciclagem, minerais não metálicos e equipamentos médicos. Considerando as inúmeras empresas localizadas na região assim como seu conteúdo tecnológico de ponta e os investimentos em P&D, não é de surpreender o volume do comércio exterior que se dá. A logística da região também é um fator importante com a presença do aeroporto de viracopos e a grande malha rodoviária para o escoamento da produção. Também, o centro de pesquisa localizado nessa região, como a UNICAMP, é um fator de destaque para atrair investimentos. Depreende-se de tais fatores favoráveis o desempenho do comércio exterior de tal região administrativa.

Quadro 20. Região administrativa de Barretos.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	341.509.485,00	370.308.040,00	390.828.287,00	449.033.354,00	518.121.408,00	771.140.506,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	108,43	114,44	131,48	151,72	225,80
Importações (em US\$)	9.264.685,00	12.872.288,00	12.105.317,00	18.115.891,00	20.727.578,00	19.275.124,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	138,94	130,66	195,54	223,73	208,05

Fonte: dados brutos. (construção própria)

Observando o quadro 20 se constata que a região administrativa de Barretos mais que duplicou seu comércio exterior ao longo do período considerado. Assim como as demais regiões administrativas do estado tiveram na exportação uma importante via de escoamento de sua produção. A região possui

uma indústria de transformação pouco diversificada estando concentrada na produção de alimentos e nos combustíveis a base de álcool.

Quadro 21. Região administrativa de Franca

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	223.087.797,00	209.182.534,00	275.276.495,00	411.545.472,00	486.259.428,00	602.727.754,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	93,77	123,39	184,48	217,97	270,18
Importações (em US\$)	36.351.782,00	26.797.472,00	53.003.869,00	167.384.951,00	65.323.518,00	39.619.232,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	73,72	145,81	460,46	179,70	108,99

Fonte: dados brutos. (construção própria)

A região administrativa de Franca apresentou uma importante evolução no saldo do seu balanço comercial considerando, segundo os dados do quadro 21, que o volume de suas exportações quase triplicaram no período considerado enquanto as importações mantiveram-se praticamente constantes. Possui uma indústria pouco diversificada estando baseada na produção de couros e calçados e em produtos alimentícios. O setor de couro e calçados é em grande parte responsável pelo volume das exportações da região administrativa.

Quadro 22. Região administrativa de Sorocaba.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	716.814.424,00	762.953.161,00	1.050.812.631,00	1.328.263.651,00	1.857.692.193,00	2.385.669.505,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	106,44	146,59	185,30	259,16	332,82
Importações (em US\$)	930.467.098,00	796.637.253,00	786.567.806,00	1.063.492.855,00	1.315.342.072,00	1.801.715.853,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	85,62	84,53	114,30	141,36	193,64

Fonte: dados brutos. (construção própria)

Com os dados do quadro 22 se constata que a região administrativa de Sorocaba também teve importante evolução no saldo de seu balanço comercial, na medida em que suas exportações mais que triplicaram no período considerado enquanto as importações não chegaram a duplicar. A região é composta por 79 municípios compreendendo a maior área territorial de todas as regiões com 16,5% do estado de São Paulo. Possui uma estrutura industrial diversificada e possui como fator favorável a proximidade com a região metropolitana de São Paulo. Seus principais ramos produtivos são: Produtos alimentícios, bebidas, materiais de transportes, produtos químicos, minerais não metálicos, metalurgia

básica e máquinas e equipamentos. Tal diversificação de produtos demonstra a capacidade da região em atrair investimentos e resulta no seu bom potencial exportador.

Quadro 23. Região administrativa de Presidente prudente

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	146.187.681,00	211.479.388,00	283.334.336,00	384.945.955,00	445.374.834,00	546.314.741,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	144,66	193,82	263,32	304,66	373,71
Importações (em US\$)	19.798.444,00	18.971.367,00	11.504.445,00	15.909.604,00	18.151.116,00	28.617.602,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	95,82	58,11	80,36	91,68	144,54

Fonte: dados brutos. (construção própria)

A região de Presidente Prudente seguiu a tendência das demais regiões administrativas do interior crescendo consideravelmente o saldo do seu balanço comercial. Suas exportações aumentaram em quase quatro vezes no período considerado, não sendo acompanhado pelas importações. Trata-se da maior região exportadora de carne bovina do país. Sua estrutura produtiva é pouco diversificada tendo como destaque a produção de alimentos, papel e celulose, produtos químicos e combustíveis. Todavia, é na agropecuária que ela se destaca quando se analisa sua pauta exportadora.

Quadro 24. Região administrativa de Ribeirão Preto

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	178.064.160,00	229.125.832,00	258.130.100,00	407.097.007,00	597.856.429,00	955.375.741,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	128,68	144,96	228,62	335,75	536,53
Importações (em US\$)	79.499.831,00	65.601.615,00	66.827.071,00	76.954.764,00	102.335.765,00	102.621.141,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	82,52	84,06	96,80	128,72	129,08

Fonte: dados brutos. (construção própria)

A região administrativa de Ribeirão Preto foi uma das que mais conseguiu incrementar os números do seu balanço comercial, conforme os dados acima. Enquanto suas importações pouco cresceram, o volume das exportações aumentou em mais de cinco vezes entre os anos de 2001 e 2006. Seus principais gêneros são: alimentos, combustíveis e papel e celulose. Apesar de estar concentrada nesses ramos outros como os setores de equipamentos médicos e produtos químicos também fazem parte do parque industrial, incrementando a pauta exportadora da região.

Quadro 25. Região administrativa de Marília.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	87.678.014,00	79.683.075,00	106.954.278,00	142.815.575,00	262.318.814,00	271.175.241,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	90,88	121,99	162,89	299,18	309,29
Importações (em US\$)	36.307.950,00	32.132.819,00	68.680.535,00	74.665.779,00	60.453.643,00	85.659.627,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	88,50	189,16	205,65	166,50	235,93

Fonte: dados brutos. (construção própria)

Pelos dados do quadro 25 se observa que a região de Marília seguiu a tendência das demais regiões administrativas do estado de São Paulo. Seu volume de exportações triplicou no período analisado enquanto as importações aumentaram mais de duas vezes. Seus principais ramos produtivos sempre gravitaram em torno da agroindústria. Nos dias de hoje os setores de alimentos, máquinas e equipamentos, combustíveis e produtos de metal compreendem a grande maioria da sua indústria de transformação.

Quadro 26. Região administrativa de São José do Rio Preto.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	211.013.665,00	253.400.223,00	379.559.363,00	420.409.107,00	548.232.802,00	877.277.784,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	120,09	179,87	199,23	259,81	415,74
Importações (em US\$)	26.273.204,00	21.501.222,00	21.737.669,00	25.313.162,00	28.136.860,00	29.454.993,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	81,84	82,74	96,35	107,09	112,11

Fonte: dados brutos. (construção própria)

A região de São José do Rio Preto foi outra que aumentou consideravelmente o saldo do seu balanço comercial visto que suas exportações quadruplicaram no período considerado enquanto que as importações mantiveram-se no mesmo patamar do início do período. Seus principais ramos concentram-se na produção de alimentos, móveis, combustíveis e produtos de metal. Tal região foi bastante beneficiada pelo processo de interiorização da economia paulista.

Quadro 27. Região administrativa de São José dos Campos.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	5.339.013.849,00	4.871.039.509,00	4.923.661.773,00	6.609.052.293,00	7.060.345.100,00	7.562.237.599,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	91,23	92,22	123,79	132,24	141,64
Importações (em US\$)	5.536.917.408,00	3.748.368.204,00	4.187.724.262,00	6.556.269.596,00	6.400.842.246,00	8.487.741.416,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	67,70	75,63	118,41	115,60	153,29

Fonte: dados brutos. (construção própria)

Conforme demonstrado no quadro 27, a região de São José dos Campos apresentou uma performance diferente das demais regiões administrativas do estado. Tanto suas exportações quanto suas importações não evoluíram de maneira consistente no período considerado tendo até mesmo redução do volume em alguns anos. Seus principais investimentos estão concentrados em ramos mais intensivos em capital e tecnologia de ponta. Apesar de possuir uma estrutura industrial diversificada alguns ramos produtivos destacam-se: Combustíveis, bebidas, material de transporte, material eletrônico e equipamento de comunicações.

Quadro 28. Região administrativa de Registro.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	8.365.599,00	8.636.829,00	10.741.102,00	9.575.371,00	12.915.348,00	16.341.158,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	103,24	128,40	114,46	154,39	195,34
Importações (em US\$)	18.042.961,00	17.617.741,00	27.890.992,00	27.834.556,00	37.922.453,00	37.004.571,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	97,64	154,58	154,27	210,18	205,09

Fonte: dados brutos. (construção própria)

Conforme o quadro 28 se pode observar que a região administrativa de Registro apresentou em todos os anos considerados um déficit comercial visto que as importações suplantaram as exportações ao longo do período considerado. Foi uma região que não teve muitas vantagens com o processo de interiorização da economia paulista, mantendo-se ainda basicamente da agropecuária. Seu parque industrial é pouco diversificado, com produção basicamente de minerais não metálicos, produtos químicos e metalurgia de não ferrosos.

Quadro 29. Região metropolitana da Baixada Santista.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	1.431.824.003,00	1.208.424.638,00	1.653.436.350,00	2.035.157.732,00	2.717.359.471,00	3.401.322.695,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	84,40	115,48	142,14	189,78	237,55
Importações (em US\$)	849.114.049,00	882.181.900,00	1.007.415.496,00	964.534.647,00	1.007.939.453,00	1.254.500.247,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	103,89	118,64	113,59	118,70	147,74

Fonte: dados brutos. (construção própria)

A região metropolitana da baixada santista também incrementou o saldo do seu balanço comercial considerando o fato de ter mais que duplicado suas exportações e teve um pequeno acréscimo no volume das importações. Seus principais segmentos industriais estão ligados ao de produtos químicos, petroquímicos e metalurgia básica.

Quadro 30. Região metropolitana de São Paulo.

	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (em US\$)	8.712.401.323,00	8.516.628.231,00	10.494.521.579,00	13.330.212.737,00	14.975.381.578,00	18.258.465.634,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	97,75	120,45	153,00	171,89	209,57
Importações (em US\$)	11.846.774.601,00	9.577.455.062,00	9.203.548.347,00	11.145.511.906,00	13.058.406.319,00	15.294.168.003,00
Evol. (em %) 2001=100	100,00	80,84	77,69	94,08	110,23	129,10

Fonte: dados brutos. (construção própria)

A região metropolitana de São Paulo apresentou um incremento modesto no volume de suas exportações entre os anos 2001 e 2006. Dado que se trata da principal região administrativa do estado, seu peso é relativamente grande quando comparadas às demais regiões no sentido de diversidade industrial e potencial exportador. Trata-se do principal mercado interno do país e os problemas já apontados da deseconomia de aglomeração traduziram-se em interiorização da economia paulista. Obviamente seu parque industrial é extremamente diversificado produzindo praticamente todos os gêneros da indústria de transformação. Alguns ramos podem ser destacados: Material de transporte, produtos químicos, máquinas e equipamentos.

CONCLUSÃO

Após analisar brevemente os principais ramos industriais assim como seu desempenho exportador no período compreendido entre os anos 2001 e 2006 deve-se partir agora para algumas conclusões sobre os principais objetivos temáticos dessa monografia.

De forma clara e objetiva pode-se dizer que o processo de interiorização da economia paulista ocorrido ao longo de décadas acabou por remodelar todo o processo produtivo do estado de São Paulo como um todo. O interior paulista, ou melhor, as regiões administrativas que circundam a região metropolitana de São Paulo passaram a ter importância fundamental, sobretudo no tocante à atração de investimentos. Dessa forma, como se observou na tabela de participação do produto interno bruto das regiões administrativas no total estadual, pode-se constatar um incremento maior do PIB dessas “novas economias interiorizadas” do que o ocorrido na região metropolitana de São Paulo, ou seja, esses municípios que passaram a receber investimentos industriais começaram a crescer em maior escala do que a região central do estado. Concomitante a esse fato, ao observar atentamente a evolução das exportações dessas mesmas regiões interiorizadas constata-se uma relação positiva entre o incremento do produto interno e o crescimento do volume das exportações.

Nos dias de hoje, o que se observa nas regiões administrativas de São Paulo é a existência de cidades médias que contam com uma infra-estrutura muito bem desenvolvida atingindo um grau de urbanização semelhante e às vezes superior à metrópole. Tais cidades foram beneficiadas pela interiorização da economia paulista por razões já estudadas. Todavia, o que surpreende é que o escoamento de sua produção não está voltado diretamente para o principal mercado consumidor que é a região metropolitana de São Paulo. Tais cidades médias atingiram certo grau de desenvolvimento que passaram a dotar de capacidade produtiva e logística suficiente para escoar sua produção para o mercado exterior. Diante desse fato, e com a informação previamente analisada da evolução do PIB dessas regiões, pode-se inferir que o grau de desenvolvimento atingido por tais regiões teve como parcela importante da renda necessária oriunda do comércio exterior, ou melhor, das exportações de suas atividades econômicas.

Faz-se necessário salientar também que a região metropolitana de São Paulo em função de tamanha concentração de setores industriais e também populacionais passou a gerar deseconomias de aglomeração, ou seja, entrou num processo de rendimento decrescente. Problemas de infra-estrutura urbana, questões sociais como violência e desemprego, supervalorização imobiliária, logística, são apenas algumas questões que começaram a interferir na continuidade de seu desenvolvimento produtivo. Isso sem contar as questões ambientais envolvidas considerando o alto grau de poluição e

destruição de mananciais para instalação de novas plantas. Logo, a expansão territorial para comportar a demanda produtiva tornou-se uma necessidade.

Tão logo o interior passou a receber incentivos e conseqüentemente atrair investimentos pesados, as cidades corresponderam a tais mudanças e aproveitaram de forma plena para se desenvolver. Não só sendo um mero território produtivo, as hoje cidades médias tornaram-se independentes da metrópole paulista, do mercado consumidor dessa metrópole e também do mercado consumidor de outras regiões do país, passando a buscar no mercado externo a via de escape para sua produção gerando riqueza a qual passou a ser reinvestida em seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, tornaram-se grandes centros com um mercado consumidor também desenvolvido, graças ao mercado de trabalho que ali se implantou e gerou renda para movimentar o mercado local. Tais cidades médias das regiões administrativas de São Paulo acabaram por se urbanizar como a metrópole paulista, no entanto, sem os gargalos que passaram a existir na região metropolitana de São Paulo.

Sendo assim, a relação positiva entre o crescimento vertiginoso das exportações observado em praticamente todas as regiões administrativas de São Paulo, exceto a região metropolitana, faz com que se possa sugerir que a riqueza e o grau de desenvolvimento atingido por essas regiões podem estar ligados a esse bom desempenho do comércio externo de tais regiões administrativas.

REFERÊNCIAS

CANO, Wilson; Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas: Unicamp, 1998.

CANO, Wilson; Artigo “A desconcentração espacial da indústria paulista”. Boletim Regional: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, 2006.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A.; MACIEL, Cláudio S.; MACEDO, Fernando C. Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. Campinas: Alínea, 2007.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE) – Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

NEGRI, Barjas; São Paulo no Limiar do Século XXI, V.3. Campinas: Unicamp, 1992.

NEGRI, Barjas; Concentração e desconcentração industrial em São Paulo 1880-1990. Campinas: Unicamp, 1996.